



Relatório de Atividades

2008

Introdução

Conforme os termos da Portaria 483 de 15 de setembro de 2004, que define o Regimento Interno do MTE e estabelece as competências define as competências das Unidades do MTE, em seu artigo 29, à Assessoria Internacional compete planejar, orientar, supervisionar e acompanhar os temas relacionados à área internacional de interesse do Ministério e, especificamente:

- I - subsidiar o Ministro de Estado na elaboração da política internacional dos assuntos de competência técnica do Ministério, observada a política externa brasileira;
- II - coordenar e apoiar a participação de representantes do Ministério em fóruns, organismos e entidades internacionais vinculados à sua área de competência;
- III - conduzir assuntos pertinentes a organismos e fóruns internacionais, entidades e governos estrangeiros, em temas de interesse do Ministério;
- IV - coordenar e supervisionar as atividades de caráter internacional, em articulação com os demais órgãos do Ministério, em estrita observância aos ditames da política externa brasileira;
- V - analisar as solicitações de afastamento do País de servidores do Ministério e entidade a ele vinculada; e
- VI - encarregar-se da tradução de expedientes de origem.

Além das atividades acima enumeradas, a Assessoria Internacional ainda preside a Comissão Tripartite de Relações Internacionais, prepara as delegações brasileiras aos eventos internacionais e regionais e coordena as atividades relativas à implementação da Agenda Nacional de Trabalho Decente e proposta de Plano Nacional de Trabalho Decente junto com indicadores de trabalho decente, que permitam mensurar sua evolução.

Apresentamos a seguir, relatório de atividades da Assessoria Internacional durante o ano 2008, organizado de acordo com as seguintes áreas de atuação:

Agenda Nacional de Trabalho Decente (ANTD)

Cooperação Técnica

Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho (CIMT/OEA)

Conferência dos Países de Língua Portuguesa (CPLP)
Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI)
Foro Iberoamericano de Ministros do Trabalho
MERCOSUL
Organização Internacional do Trabalho (OIT)

AGENDA NACIONAL DE TRABALHO DECENTE:

Agenda Nacional de Trabalho Decente

No Brasil, a promoção do Trabalho Decente passou a ser um compromisso assumido entre o Governo brasileiro e a OIT a partir de junho de 2003, com a assinatura, pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e pelo Diretor-Geral da OIT, Juan Somavia, do Memorando de Entendimento que prevê o estabelecimento de um Programa Especial de Cooperação Técnica para a Promoção de uma Agenda Nacional de Trabalho Decente, em consulta às organizações de empregadores e de trabalhadores. Em maio de 2006 foi elaborada a Agenda Nacional de Trabalho Decente.

De acordo com o Memorando de Entendimento, caberá a um Comitê Executivo, composto pelos diversos Ministérios e Secretarias de Estado envolvidos com os temas aludidos e coordenado pelo Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, a responsabilidade pela formulação de projetos nas áreas prioritárias de cooperação, bem como a tarefa de mobilizar os recursos técnicos e financeiros necessários para a implementação, o monitoramento e a avaliação desses projetos.

Mecanismo de Implementação da Agenda

A partir da Agenda Nacional de Trabalho Decente, estamos elaborando um Plano Nacional de Trabalho Decente que estabelece, além das prioridades, os resultados esperados e as estratégias, metas, prazos, produtos e indicadores de avaliação. Esse Programa será incluído no PPA (Plano Pluri Anual), monitorado e periodicamente avaliado, consultando as organizações de empregadores e de trabalhadores.

Em 2008, foi dado impulso às ações relativas à implementação da Agenda Nacional de Trabalho Decente. Realizamos cinco reuniões de Grupo de Trabalho Tripartite da Agenda Nacional do Trabalho Decente, constituído por servidores das Secretarias do MTE e representantes de Empregadores e de Trabalhadores.

Durante as Reuniões do Grupo de Trabalho MTE da ANTD, realizadas em Brasília, nos meses de fevereiro, março, abril e julho, foi discutido e acordado os termos do Regimento Interno do Grupo e discutida estratégia de elaboração de proposta de Plano Nacional de Trabalho Decente (PNTD) e proposta de Sistema de Indicadores a ser utilizada..

A Assessoria Internacional retomou a iniciativa de reunir em quatro oportunidades, representantes dos Ministérios e Secretarias que comporão o Comitê Executivo Interministerial da ANTD a fim de dar início a processo de discussão sobre proposta de Programa Nacional de Trabalho Decente para o Brasil a ser submetida ao Comitê Executivo Interministerial, uma vez instalado.

Apoiamos o desenvolvimento da Agenda de Trabalho Decente do Estado da Bahia, dos municípios de Santo André, Osasco e Diadema em SP e de Belo Horizonte, Minas Gerais.

Coordenamos Grupo de Trabalho composto por técnicos do MTE, OIT, DIEESE e UNICAMP que elaborou proposta de Sistema de Indicadores de Trabalho Decente a ser utilizada no processo de monitoramento e avaliação do PNTD. Este trabalho está sendo desenvolvido em cooperação também com IPEA e IBGE. Entre as fontes para tal levantamento está a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Realizamos a I Oficina sobre elaboração do PNTD com a perspectiva de construção de uma proposta de PNTD até o 1º trimestre de 2009.

Cooperamos com o Grupo de Trabalho sobre a Agenda do Trabalho Decente no âmbito do Foro de Estados e Municípios do na implementação das ações propostas no Plano de Trabalho aprovado na última cúpula do Mercosul, no dia 29 de junho de 2008, em Buenos Aires. Destacamos iniciativa deste Grupo de Trabalho em estimular a implementação da Estratégia de Trabalho Decente/OIT entre os Estados e Municípios que vem construindo as agendas, como no caso brasileiro de Bahia, Mato Grosso do Sul, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Osasco, Diadema e Santo André no Brasil e Tucumán e Santa Fé na Argentina.

Como última atividade, realizamos uma oficina com a OIT, IPEA e DIEESE, para definir a metodologia para construção de um Plano Nacional de Trabalho Decente.

Durante a Oficina, como método de trabalho, os participantes consideraram essencial partir de Agenda Nacional de Trabalho Decente, atualizar as linhas de ação de acordo com o que já foi alcançado ou está em andamento e inseri-lo no contexto econômico atual. O objetivo central desse Plano deve ser o fortalecimento da questão do trabalho como foco principal. As medidas que o plano deve contemplar não devem ser apenas para enfrentar a crise para ter um fim estruturante, com objetivos a médio e longo prazo. O grupo reunido considerou que se deve resgatar desde 2003 os programas elaborados e as metas alcançadas com uma visão integrada da Agenda, por ser um espaço onde as ações convergem. Conveniu-se na necessidade de ter um documento de contextualização, a partir das decisões do Conselho de Administração da OIT e das discussões havidas no G20, MERCOSUL em relação ao tratamento dado ao emprego. Uma primeira fase do trabalho será tomar as linhas de ação de cada uma das prioridades da Agenda Nacional de Trabalho Decente e combinar com os programas e ações contidos no levantamento feito entre os órgãos do Governo Federal, a partir do PPA.

Organização Internacional do Trabalho – OIT

No ano 2008, o Brasil participou da 97ª Conferência Internacional do Trabalho e das 301ª, 302ª e 303ª reuniões do Conselho de Administração, além da 18ª Conferência de Estatísticas do Trabalho e reuniões setoriais.

301ª reunião (10 a 20 de março de 2008):

O Conselho de Administração recebeu a visita do Sr. Robert B. Zoellick, Presidente do Banco Mundial, quem participou do Debate do Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social da Globalização, no qual discutiu-se o impacto da situação financeira internacional sobre o crescimento econômico e a criação de emprego, e avaliaram-se políticas para promover a cooperação multilateral e o trabalho decente nesse contexto.

O Grupo de Trabalho ainda discutiu as conclusões do Foro da OIT sobre o Trabalho Decente para uma Globalização Justa, realizado em Lisboa, de 31 de outubro a 2 de novembro de 2007.

Os membros do Conselho aprovaram como ponto da ordem do dia da Conferência de 2010 o tema do trabalho decente para os trabalhadores domésticos, discutindo uma norma cujo objetivo será abordar as condições de trabalho dos mais de 100 milhões de trabalhadores domésticos no mundo.

97ª reunião da Conferência Internacional do Trabalho, 28 de maio a 13 de junho de 2008.

Temas:

- Promoção do Trabalho Decente no Meio Rural
- Desenvolvimento das Qualificações Profissionais para a melhoria da produtividade
- Fortalecimento da Capacidade da OIT para prestar assistência aos Membros
- Comissão de Aplicação de Normas.

Promoção do Trabalho Decente no Meio Rural

A comissão do emprego rural realizou uma discussão geral sobre a promoção do emprego rural para diminuição da pobreza. Destacou o papel da agricultura como motor para o crescimento econômico e a redução da pobreza. Analisou as tendências no emprego rural e o déficit de

trabalho decente naquele entorno, a extensão da proteção social e a aplicabilidade das normas internacionais do trabalho no campo.

Segundo a Dra. Ruth Vilela, Secretária de Inspeção do Trabalho, quem participou da comissão, as discussões serviram para demonstrar o quanto o Brasil avançou em muitos aspectos, como em matéria de proteção social, legislação do trabalho, água potável, programas de geração de renda e a extensão e igualdade de direitos entre os trabalhadores urbanos e rurais. Com políticas públicas adequadas, o Brasil tem conseguido grandes avanços, em áreas como a sindicalização e organização dos empregadores, diálogo social e negociação coletiva, como por exemplo, com os trabalhadores do setor de cana de açúcar, pequenos produtores em regime de economia familiar e outros segmentos.

Desenvolvimento das Qualificações Profissionais para a melhoria da produtividade.

A Comissão de Qualificações adotou uma série de conclusões para guiar os Governos e os interlocutores sociais no fortalecimento da formação profissional e a aprendizagem continuada como pilares para a empregabilidade dos trabalhadores e a sustentabilidade das empresas no marco da Agenda do Trabalho Decente. Melhorar a qualidade e a facilidade de acesso à educação e formação pode gerar um círculo virtuoso em que o desenvolvimento das qualificações alimenta a inovação, o investimento, a mudança tecnológica, o desenvolvimento das empresas, a diversificação econômica e a competitividade, o que resulta na criação de mais e melhores empregos.

Segundo a Dra. Maria Emilia Piccinini Veras, Coordenadora-Geral de Estatística, a comissão analisou um documento de conclusão preparado pela OIT, com abordagem dos temas de formação profissional, desenvolvimento de competências. Foi a primeira vez que a Conferencia discutiu este tema e o resultado pode ser considerado altamente positivo porquanto engloba nas conclusões temas como educação, a formação profissional a aprendizagem continuada como os pilares fundamentais de empregabilidade como também o desenvolvimento de competências, crucial para promover um processo de desenvolvimento sustentável.

Fortalecimento da Capacidade da OIT para prestar assistência aos Membros.

Esta comissão terminou seus trabalhos com a Adoção da Declaração sobre a Justiça Social para uma Globalização Equitativa, destinada a orientar a política e as ações da Organização para superação dos desafios impostos pela Globalização.

Este novo instrumento, apoiado pelos 182 membros da OIT, é o resultado de um longo processo de consultas iniciado em 2007 quando a comissão do “fortalecimento da OIT para aumento da capacidade de brindar assistência a seus mandantes” adotou uma resolução no sentido de discutir o tema com vistas à adoção de um instrumento declarativo que traçasse os rumos da Organização para o século XXI.

Consta a Declaração de três partes, sendo a primeira de alcance e princípios entre os quais o de promover o emprego criando um meio-ambiente institucional e econômico sustentável, o de adotar e ampliar as medidas de proteção social, devidamente adaptadas às circunstâncias nacionais, o de promover o diálogo social e o tripartismo e o do respeito, promoção e aplicação dos princípios e direitos fundamentais no trabalho, necessários para a plena realização dos objetivos estratégicos da OIT. A declaração estabelece que a forma em que os Membros alcancem os objetivos estratégicos será definida por cada um, em conformidade com as obrigações internacionais que tiver assumido, considerando as circunstâncias e necessidades nacionais e a interdependência, solidariedade e cooperação entre os Membros da OIT.

A segunda parte está conformada pelo método de aplicação e estabelece a necessidade do apoio da OIT aos Estados Membros, compreendendo melhor as necessidades de cada um com relação aos objetivos estratégicos, reforçando e coordenando sua cooperação técnica e conhecimentos especializados, a promoção da compreensão e o intercâmbio de conhecimentos sobre as sinergias existentes entre os objetivos estratégicos e a prestação de assistência aos Membros para promoção conjunta dos objetivos estratégicos no marco dos acordos bilaterais.

Como obrigação dos Membros, caberá a cada um a adoção de uma estratégia nacional e/ou regional de trabalho decente que estabeleça uma série de prioridades para a consecução integrada dos objetivos estratégicos.

As disposições finais, última parte do instrumento, definem as obrigações do Diretor-Geral, do Conselho de Administração e da Conferência, com relação à Declaração.

Mecanismo de seguimento que acompanha a Declaração estabelece os meios pelos quais a Organização deverá apoiar os esforços dos Membros para tornar realidade o alcance dos objetivos estratégicos, estabelecendo a ação por parte da Organização para prestar a assistência aos membros, a compreensão da situação e necessidades dos membros, a assistência técnica e serviços de assessoramento, a análise, compilação e troca de informações e avaliação por parte da Conferência.

Uma Resolução que acompanha o instrumento estabelece claramente que a aplicação da Declaração não deve duplicar os mecanismos de controle existentes na OIT e que tal aplicação não deverá incrementar as obrigações dos Estados Membros em matéria de apresentação de relatórios e informações.

Os servidores Marcilio Ribeiro de Sant'Ana – Sociólogo do Ministério e Sergio Paixão Pardo – Coordenador de Assuntos Internacionais consideraram a declaração equilibrada, com diversos pontos de vista e estabelece a ponte declarativa e os mecanismos para uma vontade de efetiva adoção. Essa comissão demandou um grande esforço do GRULAC no sentido de adotar uma declaração, com caráter promocional, sem ser impositivos ou que estabeleça obrigações. Houve insistência em relação à recusa dos países em estabelecer mecanismos adicionais de seguimento, que aumentariam a carga de trabalho e menciona igualmente as reservas dos Membros sobre custos recorrentes.

Comissão de Aplicação de Normas

A Comissão de Aplicação de Normas da Conferência comemorou o 60º aniversário da Convenção sobre Liberdade Sindical e a Proteção do Direito de Sindicalização, 1948 (núm. 87), o 50º aniversário da Convenção sobre a Discriminação no emprego e ocupação, 1958 (núm. 111), e o 10º aniversário da Declaração da OIT sobre os princípios e direitos fundamentais no trabalho.

A comissão analisou em seu estudo Geral a Convenção sobre as cláusulas de trabalho nos contratos realizados por autoridades públicas, 1949 (núm. 94) e a Recomendação núm. 84. A discussão destacou a importância da dimensão social da contratação pública. Houve um claro consenso de que a questão das cláusulas de trabalho nos contratos públicos requer um estudo e análise ulterior. Tanto os membros empregadores como os membros trabalhadores, bem como alguns governos propuseram fosse convocada uma reunião tripartite de peritos para seguir examinando a complexa questão de determinar se devem incorporar-se cláusulas sociais nos contratos assinados pelas autoridades públicas.

Na discussão dos casos individuais, foram abordados 23 casos entre os quais se destacam o Myanmar, Colômbia, Bielo-Rússia, Bangladesh e Zimbábue.

302ª reunião (13 de junho de 2008)

- Esta reunião, realizada ao fim da Conferência Internacional do Trabalho, referendou as decisões da 301ª reunião e elegendo como Presidente do Conselho, para o período 2008-2009 o Senhor Embaixador da Polônia: o Senhor Z. Rapacki e como Vice-presidente Empregador o Sr. Daniel Funes de Rioja (Argentina) e como Vice-presidente Trabalhador: Sr. Roy Trotman (Barbados)

303ª reunião (10 a 21 de novembro de 2008)

A última reunião do Conselho de Administração da OIT teve como tema central a crise financeira internacional e o papel que a OIT pode desempenhar em matéria de diálogo sobre o emprego e políticas sociais. Os últimos estudos indicam um impacto negativo da crise financeira sobre a economia mundial, acompanhado de uma queda no crescimento econômico e o aumento do desemprego, segundo a OIT, em 20 milhões de indivíduos. Na referida reunião, que aconteceu concomitante ao encontro do G20 em Washington, a Agenda de Trabalho Decente e a estrutura tripartite da OIT foram considerados instrumentos apropriados para enfrentar a crise.

Diante do Plenário do Conselho, o Chefe de Governo da Espanha - Sr José Luis Rodrigues Zapatero, o Presidente da França – Sr. Nicolas Sarkozy, mediante mensagem lida no plenário do Conselho, o Secretário-Geral das Nações Unidas – Sr. Ban Ki-moon e o Secretário-Geral da Organização para o Desenvolvimento e a Cooperação Econômico – OCDE, Sr Angel Gurría, abordaram o tema e lançaram seus pontos de vista sobre a crise financeira atual e a possível ação dos membros para diminuir seus efeitos.

Durante o debate do Grupo de Trabalho sobre a Dimensão Social da Mundialização, o Secretário-Geral da Organização para o Desenvolvimento e a Cooperação Econômico – OCDE, Sr Angel Gurría, fez um apelo para uma crescente cooperação entre a OCDE e a OIT em matéria de trabalho e políticas sociais. Esta crise financeira está tornando-se uma crise econômica e social, e alertou para a necessidade de que a globalização só pode funcionar em benefício de todos se trabalharmos a sua dimensão social. Gurría advertiu que o impacto social da crise será ainda mais dramático nas economias emergentes e nos países em desenvolvimento, onde uma parcela importante dos trabalhadores está no setor informal.

Por sua vez, o Chefe do Governo espanhol Rodríguez Zapatero referiu-se ao diálogo social, com a participação de empregadores e trabalhadores, como o modelo para o processo de reforma do mundo, o que informou ter declarado ao G20. Manifestou que é necessário investir em atividades produtivas e de infra-estrutura, no lugar de reduzir impostos, para reativar a economia global.

O Secretário-Geral das Nações Unidas, Sr. Ban Ki-moon mencionou que a crise financeira era comparada a uma “crise do emprego”, e destacou que além de resolver o problema do sistema financeiro, deve-se melhorar a governança para que a globalização produza resultados justos e promova a justiça social, de forma sustentável do ponto de vista meio-ambiental, econômico, social e político Na opinião de Ban Ki moon, deve-se dar preferência a projetos com alto grau de ocupação de mão-de-obra e que ao mesmo tempo diminuam as emissões de CO2 e auxiliem na adaptação à mudança climática. A transição a uma economia com baixas emissões de carbono pode criar milhões de postos de trabalho.

Em carta dirigida ao Conselho de Administração da OIT, o Presidente Sarkozy instou à OIT a que se faça ouvir e promova o trabalho decente nas negociações destinadas a estabelecer uma nova ordem global e na normativa a ser adotada como resposta à crise

Sobre a Crise Financeira internacional, a mesa do Conselho de Administração preparou uma Declaração sobre os efeitos da crise econômica mundial que se estende pelo mundo inteiro. A finalidade da declaração é guiar o trabalho da OIT até a próxima reunião do Conselho de Administração no mês de março de 2009. A conclusão da Declaração estima que os governos, mandantes e a OIT estão preparados para enfrentar a crise mediante o fortalecimento do trabalho da organização sobre as diferentes dimensões e respostas às conseqüências trabalhistas e sociais da crise, mediante nova definição das prioridades dos meios de ação da OIT. Estima a mesa do GB que é necessário apoiar aos mandantes da OIT para responder à crise econômica mundial; colaborar com o sistema multilateral, incluindo o processo do G20 e as instituições financeiras internacionais, para alcançar os objetivos. Finalmente, estima necessária a realização de uma reunião tripartite de alto nível sobre a crise e as respostas eficazes para a crise, antes da reunião de março de 2009, com vistas a preparar um conjunto coerente de medidas a ser examinadas pelo Conselho de Administração. Sobre este ponto, Argentina, Uruguai, Venezuela e Brasil se manifestaram apoiando a proposta, considerando o Brasil ser necessário analisar as especificidades regionais, desenvolvimento social e aplicação dos programas de trabalho decente como ferramenta contra as conseqüências da recessão.

Em resposta ao Debate, o Diretor-Geral informou que o ideal seria um encontro mundial sobre o tema. Contudo, encontros regionais serão preparados para verificar os impactos regionais e as respostas às necessidades mais urgentes, bem como soluções de governança que cada região vem adotando.

Nesta reunião do Conselho, foi adotada ainda uma decisão sobre o Comitê Diretor que analisará o plano de implementação da Declaração sobre Justiça Social para uma Globalização Equitativa da OIT. A Declaração estabelece a necessidade de criação de uma nova estratégia para apoiar as

economias e sociedades abertas com base na justiça social. A Declaração enfatiza a importância do TD, bem como a Agenda do Trabalho Decente e seus 4 objetivos – a criação de emprego e empresas sustentáveis, proteção social, direitos do trabalho e diálogo social – integrados e que representam uma resposta eficaz frente aos desafios da Globalização.

Consultas Oficiais sobre a Convenção nº 158 e Recomendação 166.

Conforme decisão do Conselho de Administração em sua 300ª reunião (nov 2007), a Oficina convidou representantes de empregadores e de trabalhadores, assim como aos coordenadores regionais para participar de reunião de consultas oficiais sobre a Convenção nº 158 e Recomendação nº 166 sobre o Término da Relação de Trabalho por iniciativa do empregador, 1958. Da parte dos Governos participaram Alemanha, França, Uruguai, Argentina, Venezuela, Brasil e Japão.

Para o debate, a Secretaria (Oficina) apresentou uma nota sobre os instrumentos que ilustra perfeitamente o status quo da Convenção, enumera os 34 países que ratificaram o instrumento, bem como faz menção específica ao Brasil que denunciou a Convenção em 1996 e, em fevereiro deste ano, por iniciativa do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, encaminhado ao Congresso, tendo recebido num primeiro momento parecer contrário da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Os membros empregadores apresentaram seu ponto de vista sobre a Convenção, que seria um instrumento complexo, que engessa os Estados em suas políticas de emprego, inflexível e inadequado para os dias atuais, em que houve significativas mudanças no mundo do trabalho. Mencionaram o baixo número de ratificações, inclusive o pequeno número de países desenvolvidos que o ratificaram e a indefinição dos Grupos Ventejol e Cartier sobre a sua natureza como norma internacional.

Os membros trabalhadores ao contrário, manifestaram sua opinião a respeito da atualidade do instrumento no contexto da mundialização, sua pertinência e sua vinculação ao conceito do trabalho decente. Como ponto que merece destaque, apontaram o fato de que no período de novembro de 2005 a novembro de 2006, ano em que o instrumento estava aberto à denúncia,

nenhum governo que o ratificou fez uso daquela faculdade. Manifestaram ainda seu desejo de que uma campanha de ratificação fosse promovida pela OIT, a exemplo dos instrumentos sobre Direitos Fundamentais no Trabalho.

Correspondeu aos Governos de Alemanha, Venezuela e Brasil manifestar-se sobre a consulta. A Alemanha considerou que o instrumento despertava muitas dúvidas e receios por parte dos Governos, ainda daqueles que tinham normas mais protetoras que a própria Convenção e que seria necessária uma campanha de esclarecimento em torno do alcance da Convenção. Venezuela acompanhou o raciocínio informando que apesar de ser o único país da AL a ter ratificado a Convenção, muitos ajustes legislativos e práticos tiveram que ser realizados para seu cumprimento. Por parte do Governo brasileiro, ratificamos a informação contida no documento, insistimos no empenho do Presidente Lula ao enviar o instrumento ao Congresso e informamos que o debate não se restringia no Brasil apenas aos atores sociais mas envolvia a opinião pública, assim como legisladores e operadores do direito, pelo que solicitamos à OIT que instrísse seu escritório em Brasília para verificar a possibilidade de organizar um seminário tripartite onde a sociedade brasileira pudesse apresentar seus pontos de vista sobre a norma.

Concluimos nossa participação na reunião, lamentando a ausência de vários governos, especialmente do continente africano, país que apresenta o maior número de Estados e consultamos à Oficina sobre a natureza da Consulta, se esta havia sido efetivamente aberta a todos os Estados Membros do Conselho de Administração.

Finalmente, o Mercosul foi admitido pelos membros do Conselho de Administração como membro observador das reuniões do Conselho e da Conferência Internacional do Trabalho da OIT. Em rápida manifestação, apresentamos aos membros uma trajetória dos avanços alcançados no âmbito trabalhista dentro do bloco regional, exaltando o décimo aniversário da Declaração Sociolaboral do Mercosul.

Conferência de Estatísticas do Trabalho da OIT (24 de novembro a 5 de dezembro de 2008)

O calendário de atividades da OIT encerrou-se no ano 2008 com a realização da 18ª Conferência de Estatísticos do Trabalho, que discutiu diretrizes estatísticas internacionais sobre dois temas, o

Trabalho Infantil e o Tempo de Trabalho; as linhas gerais para o trabalho futuro nas seguintes áreas:

- (a) medição do trabalho decente,
- (b) indicadores da subutilização do trabalho e
- (c) estatísticas do trabalho voluntário.

Além desses temas, a Conferência examinou suas funções, organização e periodicidade procurando agilizar os mecanismos de adoção de normas internacionais em estatísticas do trabalho.

Denúncias encaminhadas à OIT, tratadas pela Assessoria Internacional

Em documento anexo, registramos os casos de suposto descumprimento de princípios e convenções da OIT encaminhados em 2008 por entidades representativas de trabalhadores de todo o Brasil.

Cúpula Ibero-americana

No contexto da cúpula ibero-americana, em 2008, a Presidência Pro Tempore de El Salvador organizou o I Foro Ibero-americano de Ministros do Trabalho, denominado “Juventude, Trabalho Decente e Desenvolvimento em Democracia”, que destacou a urgente necessidade de integrar a formação e o emprego dos jovens nas estratégias e programas de desenvolvimento de cada um dos países da região para uma melhor qualidade de vida e de desenvolvimento integral. Os ministros e representantes dos governos discutiram os seguintes temas: Políticas para um Crescimento Promotor do Emprego dos Jovens, Articulação com o mundo produtivo e fortalecimento do Marco Institucional Normativo e a Proteção dos Direitos.

Os resultados desse Foro se refletiram na Declaração de Sonsonate firmada pelos Ministros do Trabalho e posteriormente na Declaração dos Chefes de Estado e Plano de Ação da Cúpula, que contêm a promoção de uma agenda específica dirigida aos jovens mediante programas que

ampliem suas oportunidades de acesso e permanência nos sistemas educativos, que impulsionem a capacitação técnica e formação profissional que permitam superar os obstáculos pela falta de experiência prévia e facilitem o acesso a um trabalho decente e emprego produtivo e de qualidade, incluindo os programas de micro-crédito e serviços de orientação profissional que facilitem a transição escola-trabalho, e reafirmando a importância de fomentar no setor privado o exercício da responsabilidade social e empresarial no momento de criar oportunidades. O Plano de Ação ainda destaca a necessidade de apoiar as iniciativas com o objetivo de facilitar o acesso das micro, pequenas e médias empresas aos mercados, mediante a certificação de qualidade e do apoio às políticas de formalização e de emprego.

Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP

Reunião de Ministros do Trabalho da CPLP – Díli, Timor Leste, 6-15 de fevereiro.

O Chefe da Assessoria acompanhou o Secretário-Executivo à VIII Reunião de Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais da CPLP – Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Na ocasião, entrevistaram-se com o Presidente José Ramos-Horta e com o Primeiro-Ministro Xanana Gusmão, bem como outras autoridades timorenses, as quais enfatizaram o interesse daquele país em estabelecer parcerias com o Brasil na área sociolaboral.

O encontro, cujo encerramento foi precipitado por atentados à vida do presidente e do primeiro-ministro, culminou com a assinatura da Declaração de Díli. Referido, documento, demais de expressar o repúdio por parte dos membros da CPLP à violência, bem como seu apoio à nascente democracia do Timor Leste, traz entre suas deliberações pontos específicos relativos à cooperação do MTE com os países-membros da Comunidade, como sejam o estabelecimento de parcerias na área do microcrédito produtivo e orientado, e a adoção de medidas visando à inclusão dos jovens no mercado de trabalho,, com base na experiência brasileira.

Comissão Tripartite de Relações Internacionais - CTRI

Durante o ano 2008, conforme previsto no Regimento Interno, foram realizadas duas reuniões da Comissão Tripartite de Relações Internacionais:

A primeira, no dia 21 de maio, como preparação à 98ª Conferência Internacional do Trabalho da OIT, na qual se discutiram os temas da Conferência. Contou com a participação dos membros da delegação brasileira indicados para a Conferência, além dos observadores do Tribunal Superior do Trabalho e do Ministério Público do Trabalho.

A segunda reunião foi realizada no dia 12 de agosto, na qual, além do debate sobre os resultados da Conferência Internacional do Trabalho, aprovou-se o encaminhamento ao Congresso Nacional da Convenção nº 143 sobre Trabalhadores Migrantes da OIT, que contém disposições complementares à Convenção nº 97 sobre os trabalhadores migrantes.

Organização dos Estados Americanos - OEA/Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho - CIMT

Durante reunião de planejamento realizada em 3 e 4 de dezembro de 2007,, sob a coordenação do Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego da OEA, como Secretaria Técnica da CIMT, ficou estabelecido calendário de trabalho para 2008-2009, considerando os Planos de Ação de Porto Espanha 2007 (XIV CIMT) e Mar del Plata (IV Cúpula das Américas). Com base no referido calendário, foram realizados os eventos abaixo citados:

Reunião dos Grupos de Trabalho e Oficina sobre Diálogo Social e Coesão Social

Montevidéu,

15 a 18/04

Realizadas em Montevidéu - Uruguai, reunião e oficina integram o programa de atividades da Rede Interamericana de Administração Laboral - RIAL, que dá cumprimento ao Plano de Ação da XV Conferência Interamericana de Ministros do Trabalho - CIMT da Organização dos Estados Americanos - OEA, aprovado em Port-of-Spain, Trinidad e Tobago. Participaram dos

eventos representantes governamentais, empregadores e trabalhadores, da Secretaria Técnica da CIMT e de organismos regionais e internacionais, entre os quais a OIT.

1. Oficina sobre diálogo social e coesão social

A oficina abordou o tema a partir de diversos ângulos, ressaltando, em particular, a interdependência entre diálogo social e coesão social, o papel e a qualificação dos atores governamentais e sociais, o conteúdo e a institucionalização do diálogo social. Esses enfoques foram enriquecidos com o aporte de experiências institucionalizadas em vários países da região. Os principais resultados da oficina traduziram-se em conclusões consensuais a respeito da relevância do diálogo social como ferramenta indispensável à formulação de políticas públicas em escala nacional e regional, à governabilidade democrática e à construção de sociedades desenvolvidas, includentes e justas. Os participantes também coincidiram sobre a necessidade de instituir mecanismos de seguimento das instâncias de diálogo social e avaliar sua eficácia, assim como de incorporar o diálogo social como elemento transversal da discussão de outros temas fundamentais da agenda hemisférica.

2. Reunião dos Grupos de Trabalho

2.1. Reunião do GT 1 – O trabalho decente como instrumento de desenvolvimento e democracia, no contexto da globalização

A reunião, dirigida pelo Brasil, que preside o GT 1, debateu vários temas de significado fundamental para a promoção dos objetivos estratégicos do trabalho decente, o fortalecimento da democracia e a humanização do processo de globalização. Realizaram-se quatro sessões sobre os seguintes assuntos: as políticas para micro, pequenas e médias empresas; os planos nacionais de trabalho decente; a economia informal e o trabalho não-registrado; e a articulação de políticas e alianças entre os ministérios do Trabalho e outros setores. As sessões consistiram, fundamentalmente, da apresentação das experiências e avanços de países da região nas áreas em foco. Além da coordenação da reunião, a delegação brasileira teve atuação de destaque no painel sobre políticas para MPMES, no qual o SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e

Pequenas Empresas apresentou um quadro panorâmico do histórico, estrutura, recursos e programas dirigidos a esse segmento.

2.2. Reunião do GT 2 – Fortalecimento das capacidades dos Ministérios do Trabalho para responder aos desafios da promoção do trabalho decente, no contexto da globalização

A linha dominante da reunião recaiu na importância de se contar com instituições laborais fortes para gerar trabalho digno e decente. A reunião compôs-se de quatro sessões, que trataram dos seguintes temas: fortalecimento da institucionalidade laboral; aplicação efetiva da legislação trabalhista; cooperação internacional em matéria trabalhista; e oficinas da RIAL vinculadas ao GT 2. Afora a última sessão, de natureza programática, as demais consistiram predominantemente na apresentação das experiências de vários países e debate sobre a disseminação e fortalecimento dos sistemas nacionais responsáveis pelas políticas de trabalho.

Seminário sobre Emprego para a Juventude

Foi realizado nos dias 20 e 21 de maio de 2008, na cidade do Rio de Janeiro, o Seminário sobre Emprego de Jovens organizado pela Rede Interamericana para Administração Laboral da Organização dos Estados Americanos – RIAL/OEA em cooperação do Departamento de Trabalho Americano – USDOL, Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, FUNDACENTRO e Superintendência Regional do Trabalho do Estado do Rio de Janeiro – SRTE/RJ.

O evento contou com a participação de mais de 100 pessoas, sendo estes representantes de 29 ministérios do trabalho das Américas, membros da COSATE e CEATAL, representantes de organizações internacionais como OIT, IDB, Banco Mundial, WAPES e mais de 10 organizações não governamentais.

Durante a sessão de abertura do evento contamos com a presença da senhora Charlotte Ponticelli, Vice-Ministra Adjunta para Assuntos Internacionais do Departamento de trabalho dos Estados Unidos, do senhor Ezequiel Souza, Secretário de Políticas Públicas de Emprego

representando o Ministério do Trabalho e Emprego e da senhora Maria Claudia Camacho, Coordenadora da RIAL e Especialista do Departamento de Desenvolvimento Social e Emprego, OEA.

Durante os dois dias de evento foram apresentados um total de 05 painéis, todos com temas relacionados ao papel do jovem no mercado de trabalho e no final houve uma apresentação da síntese das discussões e das lições aprendidas dentro do tema disposto.

Workshop sobre Segurança e Saúde no Trabalho – Peru
(02 e 03/09) Participação de técnicos da Fundacentro.

O Ministério do Trabalho e Emprego, representado por técnicos da FUNDACENTRO, participou da Terceira Oficina Hemisférica sobre Saúde e Segurança Ocupacional, realizada em Cuzco, Peru, em 21 e 22 de outubro de 2008. O evento foi organizado pelo Ministério do Trabalho e Promoção do Emprego daquele país e pela Organização dos Estados Americanos - OEA, em colaboração com a Organização Pan-Americana da Saúde - OPAS e a Organização Internacional do Trabalho - OIT. Participaram da oficina especialistas e servidores públicos responsáveis pela área em 26 ministérios do Trabalho das Américas, representantes da COSATE e do CEATAL, de organismos internacionais e de outras instituições voltadas à saúde e segurança ocupacional.

A oficina consistiu em três painéis, que examinaram os temas: “Promoção da segurança e saúde no trabalho e de proteção dos trabalhadores: garantindo trabalho decente”, “Ampliação e fortalecimento dos esquemas de prevenção e controle de riscos ocupacionais” e “HIV/SIDA no lugar de trabalho”.

Workshop sobre Serviços Públicos de Emprego – Panamá. RIAL / OEA

(10 e 11/12)

Em andamento

MERCOSUL

Realizou-se no Rio de Janeiro, no dia 20 de outubro de 2008, a XXII Reunião dos Ministros do Trabalho dos Estados Partes e Associados do Mercosul, que contou com a presença dos Ministros Carlos Lupi, Blas Lhano (Paraguai), Eduardo Bonomi (Uruguai) e Roberto Hernández (Venezuela), além da vice-ministra argentina Noemi Rial e de Marcos Ruiz (Encarregado de Relações Internacionais – Ministério do Trabalho do Chile). A pauta do encontro foi a análise da crise financeira internacional e suas conseqüências sobre o emprego na região, além do estabelecimento de prioridades para e de uma agenda de trabalho para os órgãos sociolaborais. Ao final, foi aprovada uma Declaração dos Ministros do Trabalho dos Estados Partes do MERCOSUL e Estados Associados, a qual enfatiza o compromisso com a promoção do emprego pleno e produtivo e do trabalho decente. Nesse sentido, o documento ressalta a necessidade de adoção de medidas destinadas a evitar ou reduzir os efeitos negativos da crise internacional sobre o emprego, além de recomendar uma maior articulação entre os foros do Mercosul dedicados à questão sociolaboral, e o fortalecimento da participação dos ministérios do trabalho na formulação e implementação de políticas de desenvolvimento nacionais e regionais . O anexo executivo aprovado pelos Ministros do Trabalho do MERCOSUL estabelece prioridades na agenda de trabalho para os órgãos sociolaborais e GANemple, com destaque para a promoção da Estratégia MERCOSUL de Crescimento do Emprego; a coordenação de um Plano Regional de Inspeção do Trabalho; a busca de financiamento para o Plano Regional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil; a institucionalização do Observatório do Mercado de Trabalho do MERCOSUL e a revisão da Declaração Sociolaboral do Bloco. Os Ministros acordaram, ainda, realizar uma reunião ordinária de Ministros do Trabalho a cada presidência *pro tempore* do MERCOSUL.

A XXVIII Reunião do SGT-10 realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, no dia 23 de outubro de 2008. Na ocasião foram tratados temas referentes à inspeção do trabalho; livre circulação de trabalhadores; e ao Observatório do Mercado de Trabalho do Mercosul – OMTM. Foi aprovada na última reunião do Grupo Mercado Comum - GMC, no dia 28 de novembro de 2008, a Resolução nº 45/08 que trata da institucionalização do OMTM, e também encaminhou Projeto de Resolução sobre a “Criação da Unidade Técnica Laboral no âmbito da Secretaria do Mercosul” ao Grupo de Alto Nível

para a Reforma Institucional do Mercosul - GANRI , para sua consideração no âmbito da eventual criação de novos foros.

Realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, no dia 22 de outubro de 2008, a XXV Reunião da Comissão Sociolaboral do MERCOSUL - CSL. Entre os temas discutidos destacam-se: a revisão da Declaração Sociolaboral; revisão do formulário de memórias para adequá-lo aos seus objetivos; criação de um grupo *ad hoc* de trabalho para estudar a reforma do sistema de seguimento e a confecção das memórias; e a realização no dia 14 de dezembro de 2008, em Salvador, de seminário em comemoração aos 10 anos da Declaração Sociolaboral do Mercosul com lançamento de Edição Comemorativa da DSL. Como parte dessa comemoração o Ministério do Trabalho e Emprego disponibilizou em seu Website a versão eletrônica da edição comemorativa da DSL, em espanhol e português.

Realizou-se na cidade do Rio de Janeiro, no dia 21 de outubro de 2008, a X Reunião do Grupo de Alto Nível “Estratégia MERCOSUL de Crescimento do Emprego” – GANEmple. Entre os temas discutidos destacam-se: promover ação articulada dos Ministérios do Trabalho e dos foros sociolaborais, tanto no plano nacional quanto no regional, com os Ministérios de Economia, Produção, Planejamento e outros, para preservar os avanços alcançados na região nos últimos anos, relativos à geração de emprego e trabalho decente e redução da pobreza; e buscar articulação entre o âmbito sociolaboral com o objetivo de dar cumprimento às tarefas destinadas a promover a implementação das diretrizes MERCOSUL de crescimento de emprego. Tendo em vista a necessidade de viabilizar a célere implementação da Estratégia Mercosul de Crescimento do Emprego - EMCE, o GMC, em sua última reunião realizada no dia 28 de novembro de 2008, instruiu o SGT N° 7, o Grupo de Integração Produtiva, a Reunião Especializada de Cooperativas do MERCOSUL, a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar e o SGT N° 10 a se articularem com o GANEMPLE, com vistas a fomentar o intercâmbio de informações e a identificação de medidas que possam ser tomadas no âmbito de cada foro.

Audiência pública no Parlamento do MERCOSUL

O Ministério do Trabalho e Emprego participou da audiência pública realizada pela Comissão Permanente de Trabalho, Políticas de Emprego, Seguridade Social e Economia Social, do Parlamento do Mercosul, em 28 de novembro de 2008, em Montevideu – Uruguai. A audiência tinha por objetivo avaliar o conteúdo e a vigência da Declaração Sociolaboral do Mercosul (DSL) e a atuação da Comissão Sociolaboral do Mercosul (CSL), assim como as propostas de mudanças relativas a esses institutos. Concorreram ao evento parlamentares do Parlasul, autoridades regionais e nacionais, representantes dos setores sindicais e empresariais e dirigentes de organizações envolvidas com a temática sociolaboral da integração.

A oficina consistiu em exposições por parte representantes dos ministérios do Trabalho da Argentina, Brasil e Uruguai, seguidas de intervenções dos representantes das principais organizações de trabalhadores dos países da região e de diálogo aberto. Os intervenientes destacaram o significado da DLS como afirmação de compromisso dos Estados Partes com a dimensão social e humana do processo de integração e marco da inserção do trabalho decente no centro das políticas públicas nacionais e regionais. Em contrapartida, assinalaram os limites da aplicação do instrumento e seus reduzidos impactos nas condições de trabalho e de vida da população. Coerentes com essa visão, consideraram fundamental o engajamento do Parlasul na busca de meios adequados para lograr maior institucionalidade e, sobretudo, maior eficácia da Declaração e de seu mecanismo promocional. Ao fecho da audiência, o vice-presidente da Comissão, o parlamentar Juan José Bentancour, apontou, entre as possíveis soluções do déficit da Declaração, um modelo jurídico-formal equiparável às fontes de direito do bloco, uma nova hierarquia dos direitos trabalhistas e uma ampliação dos direitos essenciais. A Comissão poderia contribuir nessa direção a partir de uma base sólida de consensos.

COOPERAÇÃO

Cooperação Bilateral Brasil/Peru - Lima, Peru - 29/01 a 02/02

Durante o encontro foi negociado proposta de realização de dois projetos sobre “Prevenção, combate e Erradicação do Trabalho Forçado e Eliminação das Piores Formas do Trabalho

Infantil” e “Inspeção do Trabalho”. Tais acordos já foram assinados pela ABC e Ministério do Trabalho e Emprego do Brasil, aguardando assinatura de nossa contra-parte peruana.

Projeto de Cooperação com Panamá

Encontro entre o Ministro Carlos Lupi e o Embaixador do Panamá Juan Bosco para firmarem interesse em realizar projeto de cooperação na área de segurança e saúde no trabalho voltado especialmente para a construção civil. Depois de firmado o compromisso o governo panamenho manifestou interesse em realizar seminário com técnicos da FUNDACENTRO e SIT em maio de 2008.

Referido Seminário sobre Segurança e Saúde na área da Construção Civil foi realizado no mês de julho de 2008 com a ida de técnico da FUNDACENTRO para realização e participação no evento.

Visita do Ministro a Cuba

Em visita do Ministro Carlos Lupi a Havana, em abril de 2008, foi assinado Acordo de Cooperação na área de fiscalização e inspeção do trabalho envolvendo segurança e saúde no trabalho especialmente para pessoas com deficiência.

Com base no Acordo assinado entre ambos os países foi realizada no período de 30/09 a 04/10 Missão cubana ao Brasil para realização de visita técnica e início das atividades previstas nos Acordo.

Visita do Ministro ao Panamá

Em continuidade as negociações com o governo panamenho o Ministro Carlos Lupi visitou aquele país para assinatura de Acordo de Cooperação em matéria de Saúde e Segurança do Trabalhador na Área da Construção Civil. Com base neste Acordo, o Fundo da RIAL aprovou cooperação com Panamá e a vinda de 04 técnicos para visitar SIT, Fundacentro e SRTE/SP no período de 28 a 31/10

Equador

Realizada as atividades, com ida ao Equador para continuidade de atividades do projeto de Combate e Erradicação do Trabalho Infantil resultados positivos para ambas as partes. Foram sugeridas algumas propostas para continuidade das atividades previstas no Acordo. Participação no período de 05 a 09 de maio, do Projeto “Fortalecimento dos Sistemas de Inspeção do Trabalho do Equador com Ênfase na Prevenção, Combate e Erradicação do Trabalho Infantil”, juntamente com técnicos do governo equatoriano.

As atividades foram realizadas em conjunto com algumas ONG’s ligadas ao governo equatoriano divulgando a experiência que eles vêm adquirindo ao longo desses 03 (três) anos tem produzido resultados efetivos, embora necessite de um apoio mais robusto para poder empreender suas ações em um âmbito mais abrangente. A escala de alcance da fiscalização é muito pequena em face do número exíguo de inspetores, motivo pelo qual ainda remanesce um número expressivo de crianças e adolescentes nas atividades econômicas formais.

As experiências realizadas em articulação com a sociedade civil estão sendo bem sucedidas, percebe-se um grande esforço dos atores envolvido com a causa da prevenção e erradicação ao trabalho infantil e proteção do trabalhador adolescente. No entanto sugere-se que os governantes do Equador aprimorem em suas diversas escalas de poder atribuições específicas relacionadas à atenção à criança e a adolescência, para que não haja situações em que as províncias e os municípios acumulem as mesmas competências ou que não seja reportada a nenhuma esfera de poder o atendimento das questões relacionadas à infância e juventude.

Projeto de cooperação com o Paraguai

Estava previsto inicialmente a realização do Projeto Melhoramento dos Serviços do Ministério da Justiça e do Trabalho do Paraguai, no período de 2 a 06 de junho, mas por conta das eleições naquele país a atividade foi adiada para depois de setembro de 2008. Estamos no aguardo de contato do governo paraguaio para retomar tais atividades.

Inauguração da Casa do Trabalhador Brasileiro

(Foz do Iguaçu/Ciudad del Este)

O ministro Carlos Lupi, assinou no dia 20/06, no Paraná, convênio com a prefeitura de Foz do Iguaçu - cidade que faz fronteira com o Paraguai e a Argentina - para implementação do projeto piloto da Casa do Trabalhador Brasileiro. A Casa atenderá trabalhadores brasileiros que vivem nos países da fronteira com o Paraguai e necessitam de atendimento e orientação em relação aos direitos e deveres como migrantes e imigrantes.

O projeto prevê ainda a abertura de outros centros de atendimento em países com grande população de brasileiros migrantes, como Japão, Estados Unidos, Espanha e Portugal. O objetivo é oferecer um serviço de informação gratuito e em português sobre a legislação trabalhista e previdenciária desses países, esclarecendo os brasileiros sobre validade de documentos, direito a fazer remessas e outras dúvidas comuns. Também serão oferecidos cursos de qualificação profissional de acordo com as necessidades do sistema produtivo local.

Projeto de intercâmbio com Timor Leste

(Observatório, SENAES, Juventude e Microcrédito)

Durante a permanência da missão de diagnóstico realizada em Díli, no período de 23 a 27 de julho, foi realizado um encontro da Delegação do MTE – Observatório do Mercado de Trabalho com representantes da SEFOPE, ILO, Ministério da Economia e Desenvolvimento, Ministério do Turismo, Comércio e Indústria, Ministério das Obras Públicas, Associação dos Sindicatos, Federação Empresarial de Timor-Leste e do Banco Mundial. A reunião contou com a presença do Secretário de Estado Benedito dos Santos Freitas.

Além deste importante encontro realizado, no decorrer da semana da missão, diversas visitas aconteceram, o que viabilizou uma leitura da realidade do país e das possibilidades de ajuda técnica por parte do governo brasileiro. Além da recepção pelas autoridades, inclusive pelo presidente José Ramos-Horta, e pelos eventos de confraternização, houve visitas a um distrito, a uma instituição de microcrédito, ao Instituto de Apoio e Desenvolvimento Empresarial, ao SENAI, ao INAP – Instituto Nacional da Administração Pública e ao Centro Dom Bosco.

Na reunião de avaliação e conclusão dos encontros, realizado dia 27/07, ficou explícito que o povo timorense está extremamente receptivo ao acordo de cooperação e à ajuda técnica oferecida pelo Brasil na construção de um Observatório do Mercado de Trabalho. A estrutura governamental timorense também aponta para a necessidade do início de um trabalho de coleta e monitoramento de dados do mundo do trabalho, tanto de um cenário macro, quanto de uma avaliação das políticas de emprego implementadas no país.

Na agenda da Economia Solidária, no dia 24 de junho de 2008 às 09h30min foi realizado na Secretaria de Estado da Formação Profissional e Emprego, em Díli – Timor Leste, o debate com a Direção da SEFOPE, representantes do Ministério da Economia e Desenvolvimento, representante do Ministério do Turismo, Comércio e Indústria e representante das pequenas empresas.

O debate teve como objetivo realizar um diálogo sobre as ações que o Governo Brasileiro está executando no âmbito da Economia Solidária. O tema principal debatido foi a Economia Solidária e a sua estratégia de Desenvolvimento Sócio Ambiental Econômico e Cultural de Organização do Trabalho.

Após a reunião do Grupo da Missão Brasileiro com o Presidente do País, que manifestou favorável a execução das ações no âmbito da Economia Solidária, e a pesca artesanal Timorense, foi possível através da Agência Brasileira de Cooperação, reagendar uma conversa com o Diretor Nacional de Cooperativas, Senhor Bonifácio Correa, que aconteceu no mesmo dia no período da tarde.

Na agenda do Microcrédito, um encontro foi realizado onde foram apresentadas as ações brasileiras e as timorenses. A agenda da Juventude se restringiu a palestras com instituições executoras de cursos e qualificação, já que a Secretaria de Emprego do Timor não possui ainda programas voltados para a juventude.

Bolívia

Realizada visita de técnicos da área de informática do MTE ao Ministério do Trabalho da Bolívia para visita a plataforma de informática daquele País. A proposta previa análise por parte dos técnicos brasileiros para a melhoria na referida plataforma com a implantação de Software Livre.

Tais atividades foram realizadas na 2 quinzena do mês de agosto. E no mesmo mês foi realizada visita técnica de delegação brasileira a Buenos Aires para realização de atividades previstas no Projeto de Cooperação técnica em matéria de Negociação Coletiva com ênfase na Gestão e Sistematização das Informações. Tais atividades tiveram resultados positivos com interesse de ambas as partes em continuarem as atividades previstas no Projeto.

II Encontro de Cooperação dos Ministérios do Trabalho Argentina – Brasil - Canadá 29-30 de julho de 2008

Realizou-se na sede do MTE em São Paulo-SP. Temas:

1) Inspeção do trabalho

i. O treinamento dos inspetores; ii. Os mecanismos de inspeção; iii. Ações preventivas X ações reativas; iv. Temas específicos da inspeção

O sistema canadense; o sistema argentino; o sistema brasileiro

2) Sistemas de informação sobre as relações de trabalho na Argentina, Brasil e Canadá - Planejamento de *oficina-taller-workshop* a realizar-se no Canadá, Setembro/2008 (adiado) Apresentação dos sistemas canadense, argentino e brasileiro; proposta de seminário; resultados esperados; metodologia; organização / logística.

Ao final, elaborou-se proposta conjunta dos três ministérios para cooperação conjunta, bem como agenda tentativa para o seminário sobre relações de trabalho.

Missão do MTE e do SENAC nacional à República de São Tomé e Príncipe

A delegação brasileira, integrada pelo Diretor do Departamento de Formação Profissional do MTE – Dr. Marcelo Aguiar e a Diretora de formação na área de turismo do SENAC, da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo – CNC – Dra. Andrea Estrella - manteve uma série de reuniões com a parte santomense com vistas a suprir as demandas levantadas pela Ministra santomense quando esteve no Brasil e, além disso, solicitaram uma cooperação muito específica e técnica acerca de mecanismos para estabelecimento do valor do

salário mínimo nacional. Segundo fomos informados, a Ministra ficou muito satisfeita com a disponibilização dos softwares pelo MTE e deveremos agora apenas dar os desdobramentos necessários à concretização da cooperação. Quanto ao SENAC chegou-se com o Governo, ao estudo da alternativa que envolverá os dois países e uma organização social para as parcerias nos cursos de formação profissional na área de hotelaria, restauração e turismo.

Argentina

Treinamento para técnicos do Ministério do Trabalho, Emprego e Seguridad da Argentina: “Fiscalização do Trabalho Infantil e Inserção de pessoas com deficiência no mercado de trabalho”

(22 a 26/09/08).

Durante a permanência da missão argentina em Fortaleza/CE, foram realizadas várias atividades teóricas e práticas voltadas ao trabalho infantil e a inclusão de deficientes físicos no mercado de Trabalho.

O treinamento teve grande proveito tanto para o grupo argentino como para a SIT, na pessoa do Leonardo Soares, que reafirma a importância da troca de experiências entre Argentina e Brasil em questões voltadas a inspeção do trabalho.

Capacitação para técnicos argentinos nos temas “Combate às Fraudes – Terceirizações Irregular e Fiscalização do Trabalho no Campo” (13 a 22/10/08).

Em continuidade ao que foi acertado na IV Jornada Bilateral Argentina-Brasil, realizada em São Paulo, a SIT propôs a capacitação de quatro técnicos argentinos nos temas “Combate às Fraudes – Terceirização Irregular” e “Fiscalização do Trabalho no Campo” na cidade de São Paulo e Campinas, no período de 13 a 22 de outubro deste ano. Segundo informe da SIT a capacitação foi realizada com sucesso.

Nos âmbitos da SIT e SRT tivemos um bom andamento ao que foi acertado na IV Jornada Bilateral Argentina-Brasil, porém a SPPE não desenvolveu nenhum projeto referente a esta pasta.

Missão Servidora Elvira Mirian Veloso de Mello Cosendey ao Haiti, no âmbito da Cooperação SUL-SUL

ABC/OIT

No âmbito da Cooperação Sul-Sul, a OIT convidou representante deste Ministério para participar de missão a Porto Príncipe – Haiti, para transmitir a experiência da inspeção do trabalho e diagnóstico sobre a incidência de trabalho infantil. Os resultados da missão foram altamente proveitosos, motivo pelo qual a cooperação nessa área deve intensificar-se com os demais países do hemisfério nos próximos anos.

Índia.

O Ministério do Trabalho e Emprego, representado por servidores da Secretaria de Inspeção do Trabalho, participou do *Seminar on comparative systems for labour law enforcement*, promovido pelo escritório da Organização Internacional do Trabalho, em parceria com o Ministério do Trabalho e Emprego da Índia. O evento foi realizado no *V. V. Giri National Labour Institute*, em Noida, na Índia, no período de 20 a 22 de outubro de 2008. Na ocasião, foram apresentados e debatidos os modelos de inspeção do trabalho do Brasil, Índia, França e Austrália. O público era composto por inspetores do trabalho indianos, além de autoridades da inspeção do trabalho do Paquistão. Os representantes do MTE apresentaram a estrutura da inspeção do trabalho no Brasil, suas competências e responsabilidades, as características do corpo de auditores fiscais e o sistema de formação desses servidores. A apresentação gerou grande interesse dos presentes, levando a organização a programar nova participação dos brasileiros no dia 23, no *Training programme for labour offices and labour/factory inspectors*, quando falaram sobre o passo a passo da inspeção no Brasil, com ênfase nos sistemas informatizados e nos mecanismos de avaliação da produtividade dos inspetores.

Jornadas Bilaterais Brasil-Argentina

Foram realizadas 3 (três) jornadas de cooperação, a saber:

II Jornada – Buenos Aires, 26 e 27 de março - Análise de projetos de cooperação por meio de RIAL, ABC e FOAR; planejamento de atividades no âmbito da cooperação triangular ABC – Argentina, Brasil e Canadá; exame da agenda Mercosul: compromissos assumidos e tarefas pendentes.

Participantes/Argentina: Noemí Rial, Secretária de Trabalho; Enrique Deibe, Secretário de Emprego; Marta Novick, Subsecretária de Programação Técnica e Estudos Laborais; Luis Castillo Marín, Diretor Nacional de Promoção do Emprego; Emilia Roca, Coordenadora do Observatório do Mercado de Trabalho; Gladys Baer, Assessora da Secretaria de Programação Técnica e Estudos Laborais; Guido González Bellini, Diretor de Inspeção Federal; Guillermo Zuccotti, Diretor Nacional de Fiscalização, Juan Iacona, Secretária de Trabalho; Rafael Matropasqua, Assessor da Direção Nacional de Fiscalização, Silvia Kutscher, Secretária de Trabajo; Julio Rosales, Diretor de Assuntos Internacionais; Gerardo Corres, Chefe do Departamento de Assuntos Regionais e Multilaterais - Direção de Assuntos Internacionais; Osvaldo Andrés García, Área MERCOSUL - Direção de Assuntos Internacionais; Marcelo Bancalari Solá, Área MERCOSUL - Direção de Assuntos Internacionais; Marisa Vaudagna, Área MERCOSUL- Direção de Assuntos Internacionais; Paola Ardu, Área de Migrações - Direção de Assuntos Internacionais; Analia Kim, Área de Migrações - Direção de Assuntos Internacionais; Ana Peñaloza, Chancelaria Argentina.

Participantes/Brasil: Mario Barbosa (ASSINT); Pedro Amaral (ASSINT); Adriana Maria Giubertti, Coordenadora Nacional do Observatorio de Mercado de Trabalho (SE); Aldo Cândido Costa Filho (CGI); Marcilio Ribeiro de Sant'Ana (SIT); Leonardo Soares de Oliveira (SIT); Bruna Magalhães da Motta (ABC/MRE); Fernando Ribeiro (DTS/MRE).

III Jornada – Rio de Janeiro, 19 de maio – Alguns temas em pauta:

- a) Avaliação de pendências relativas às reuniões dos OSL em Buenos Aires;
- b) Preparo de seminário sobre livre-circulação de trabalhadores e integração fronteiriça do Mercosul (Buenos Aires);
- c) Elaboração da pauta da reunião de Ministros do Trabalho.

- d) Cooperação trilateral com Canadá: a delegação argentina entregou à brasileira proposta para realização de seminário sobre sistemas de informatização dos registros de entidades sindicais, que poderia eventualmente ser complementada por atividade sobre o tema do emprego juvenil.
- e) Cooperação trilateral com Paraguai e com Uruguai: Abordou-se o apoio de Argentina e Brasil ao Paraguai na estruturação de seu Observatório do Mercado de Trabalho, componente do Observatório do Mercado de Trabalho do MERCOSUL, para o qual já existe acordo bilateral entre ABC/MRE e congênere paraguaia; e a realização de inspeções marítimas envolvendo Argentina, Brasil e Uruguai.
- f) Realização da II Conferência Regional do Emprego – CREM.

Participantes/Argentina: Claudia Berra (Assessora/Secretaria de Emprego); Enrique Deibe (Secretário de Emprego) Federico Ludueña (Coordenador do Programa “Jovenes com Más y Mejor Trabajo); Laura Open (Responsável por Cooperação Internacional).

Participantes/Brasil: Barbosa (ASSINT); Pedro Amaral Vieira (ASSINT); Marcílio Sant’Ana (SIT).

IV Jornada – São Paulo, 28-29 de julho – Alguns temas em pauta:

- a) Avaliação das reuniões dos OSL em Buenos Aires;
- b) avaliação do seminário sobre livre-circulação;
- c) Estabelecimento de calendário da cooperação bilateral (SIT, SRT e SPPE), como segue:

GRUPO 1 (INSPEÇÃO DO TRABALHO)	
TRABALHO MARÍTIMO ABC / FOAR	<ul style="list-style-type: none"> a) Troca de informações por e-mail até o dia 31 de julho de 2008 (LEONARDO SOARES e VERA ALBUQUERQUE) b) Diagnóstico da situação (até 15/08) – IDEM c) Visita de técnicos brasileiros a Buenos Aires para capacitação de inspetores argentinos na fiscalização do trabalho aquaviário e portuário (8 a 12 de setembro).
INSPEÇÃO TRABALHO RURAL / INFANTIL	<ul style="list-style-type: none"> a) Trabalho infantil + inserção de deficientes - visita de cinco dias de quatro membros da Argentina ao Brasil / Prática e teoria (setembro, local a definir). b) Fiscalização do trabalho rural / informal – visita de dez dias de quatro membros da Argentina ao Brasil / Prática e teoria (outubro, local a definir).

	c) Oficina (<i>taller</i>) para avaliação dos resultados nos dois encontros anteriores e planejamento futuro (segunda quinzena de novembro, em Buenos Aires).
NEGOCIAÇÃO COLETIVA: GESTÃO E SISTEMAS DE INFORMAÇÃO ABC / FOAR	a) Missão de técnicos brasileiros à Argentina, por três dias, para troca de experiências na área de negociação coletiva e gestão de informações (última semana de agosto, em Buenos Aires); b) Missão de técnicos argentinos ao Brasil para formação de multiplicadores nas áreas de negociação coletiva e gestão de informações, com ênfase no Sistema Mediador (novembro, em Brasília).

GRUPO 2 (SISTEMAS PÚBLICOS DE EMPREGO) - RESULTADOS		
Setembro (primeira quinzena)	(Argentina)	<ul style="list-style-type: none"> ◦ Conselhos setoriais ◦ Certificação de competências para profissões; ◦ Qualidade das instituições
Outubro	(Brasil)	<ul style="list-style-type: none"> ◦ SINE - Sistema de vinculação entre o Governo e instituições de formação profissional e oficinas de emprego. ◦ PROJOVEM ◦ Argentina propõe a criação de um posto do SINE (ou similar) em região de fronteira que desenvolva projetos de cooperação para a região (sobretudo livre circulação).
Novembro	(A definir)	◦ Standards mínimos - Escolha de setor econômico sobre o qual se desenvolva plano comum de qualificação e formação profissional mínima

d) análise da agenda da cooperação trilateral (ARG-BR-CAN);

e) Livre-circulação: elaboração da Cartilha “Como Trabalhar nos Países do MERCOSUL”,
II Seminário sobre livre-circulação de trabalhadores no MERCOSUL.

Participantes/Argentina: Julio Rosales; Laura Open; Marisa Vaudagna; Juan Iacona; Silvia Kutscher (Coordenadora da Unidade de Monitoramento de Inspeção em matéria de Trabalho Infantil); Susana Barasatian (Diretora Nacional de Orientação e Formação Profissional).

Participantes/Brasil: Mario Barbosa; Pedro Amaral; Leonardo Soares (SIT); Marcelo Aguiar (DEQ/SPPE); André Grandizoli (SRT); Fábio Borges (Assessor/GM).

Afastamentos do País

Com a finalidade de fazer um balanço de todos os eventos internacionais e da participação dos servidores de cada setor deste Ministério, da Fundacentro e das SRTE's, a Assessoria elaborou dois quadros, um de viagens com ônus e outro com ônus limitado, onde relacionamos todas as

viagens ocorridas no ano 2008, discriminado por tipo de evento e número de participantes por setor.

(Vide Anexo)

É o Relatório.

MARIO BARBOSA

Assessor Especial para Assuntos Internacionais